

## EDITORIAL

O ano de 1994 guardou a marca das expectativas de uma nova gestão federal num contexto mundial de mudanças. A problemas antigos — tanto quanto a própria humanidade — como calamidades naturais, guerras e conflitos, conjugam-se problemas recentes gerados pela ação humana, tais como a degradação humana — dadas as dificuldades de sobrevivência para grandes contingentes humanos — e ambiental.

Os desafios e as alternativas contemporâneas, tão contraditórios e complexos quanto as paixões humanas, levaram à busca de modelos econômicos, políticos e sociais que conjuguem progressivamente globalização com localização, uniformidade com diferenciação, massificação com individualização. O velho dilema grego está recolocado: como pode o uno ser múltiplo ou como pode o múltiplo ser uno? Quase 30 séculos depois, não mais no âmbito da metafísica, mas no próprio reino do *devenir*, do real e permanentemente mutável, buscamos alternativas plausíveis para tratar os dois planos: o universal e o particular. Algumas questões, como as ambientais e a miséria, guardam uma dimensão de problema planetário: a grande unidade — um só sistema —, o uno. No entanto, cada ecossistema é particular, assim como cada comunidade, cada grupo étnico e cada cultura também o são. Atende-se ao universal pelas partes: o uno é múltiplo. Resolvem-se problemas nas partes para garantir o todo, recuperá-lo ou evitar-lhe problemas incontroláveis: o múltiplo é uno. A integração de diferentes planos de interesses parece ser o caminho apontado pela própria história.

Se as eleições de 1994 marcaram grandes expectativas em dois grandes planos de unidade — a Federação e os estados —, o ano de

1996 guarda a face local da pauta política: eleições municipais. Na pauta esperamos encontrar questionamentos e sugestões acerca das realidades locais capazes de expressar e mobilizar sonhos, idéias, paixões e necessidades não só da mídia eleitoral, mas de uma cidadania participativa, comprometida com dias melhores para sua gente.

Certamente encontraremos na pauta questões que dependem de outros planos de governo — unidades maiores —, mas é necessário que o poder local se articule e se manifeste, seja como pressão, seja como executor criativo de alternativas, mas sobretudo como co-responsável em velhos temas conhecidos de todos e de cada um.

Esperamos que 1996 traga boas notícias para 1997 no que tange aos temas de gestão social. O ano de 1995 herdou do anterior propostas como o Programa Comunidade Solidária, com uma proposta inicial que ressaltava a participação do poder local na elaboração e gestão de projetos de combate à pobreza, promovendo o intercâmbio entre diferentes unidades de governo e os interesses da cidadania. Pudemos acompanhar, ao longo de um ano de existência, o desenrolar das atividades desse programa, dentro do quadro neoliberal que norteia o governo. Assistimos também à intensificação de ações ligadas ao terceiro setor, tais como o espaço conquistado no universo da mídia por movimentos como o Viva Rio, as cooperativas e as ONG, seja como exaltação e alternativa para a solução de alguns dos problemas nacionais, seja como severas críticas de cunho político ou ideológico.

O fato é que tanto ações de governo — Programa de Reforma do Aparelho de Estado e Programa Comunidade Solidária — como espaços de debate e criação de símbolos — mídia —

*continua*

vêm enfatizando a necessidade de a esfera pública ser desconcentrada e/ou descentralizada para o avanço da democratização da coisa pública no país. Ainda que nomes como ONG, cooperativas, terceiro setor e comunidades não sejam parte dos noticiários em que aparecem seus produtos, a idéia e o conceito de sociedade organizada vai crescendo e amadurecendo no imaginário social. Esse amadurecimento é fundamental para a substituição da idéia de filantropia e assistencialismo, à guisa de esmola de superiores a seres inferiores, e para a dimensão de respeito e autodeterminação que os direitos sociais e civis garantem em uma democracia. Plantar uma idéia foi o que o Movimento de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida procurou fazer, e queremos crer que o tenha conseguido, mas ainda só temos um início e muitos desafios. Desafios que encaramos com otimismo, quando percebemos que o debate encontra eco em documentos internacionais como *Agenda 21* ou como o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, em que se destaca a importância do controle local e da flexibilidade administrativa como alternativa para superar o modelo de gestão pública ora vigente.

O PEGS marcou presença neste cenário, em 1995, através de seus seminários, de sua participação em eventos e congressos e de suas publicações. Discutimos o Comunidade Solidária com algumas ONG, o cooperativismo, o terceiro setor e as questões de mercado, as formas de participação cidadã e temas afins. Temos também este boletim, que há um ano começamos a anexar à *RAF*. Além de três livros publicados, tivemos o avanço na redação do quarto livro e a publicação de artigos sobre temas da gestão social. Realizamos também mais uma experiência de trabalho integrado entre uma comunidade carente da cidade do Rio de Janeiro e o curso de mestrado em administração pública da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, onde o PEGS se desenvolve. Foi apenas um começo.

Esperamos, em 1996, criar um maior intercâmbio com os interessados nas mesmas questões que nós, de forma mais dinâmica, mais pautada na busca de novas contribuições, e com isso contribuir para a solução dos grandes desafios sociais deste final de milênio.

• *Últimas dissertações de mestrado aprovadas pela Escola Brasileira de Administração Pública relativas à gestão social*

Mendes, Eugênio Lima. O orçamento do governo local sob as condições de participação dos cidadãos: um estudo de caso da prefeitura de Santos. Orientador: Fernando Guilherme Tenório. Aprovada em 20-9-1995.

Passos, Iana Maria Campello. Participação pública na gestão pública do setor de saúde — um estudo de caso. Orientador: Fernando Guilherme Tenório. Aprovada em 21-8-1995.

Rosemberg, Jacob Eduardo. Turismo social e terceira idade: desafios emergentes. Orientador: Fernando Guilherme Tenório. Aprovada em jan. 1996.

• *Fórum*

Estamos programando para o primeiro semestre de 1996 um Fórum de Debates relativo à *Relação Trabalho-Capital*, aqui no Rio de Janeiro. Para informações mais precisas, pedimos que entre em contato com o PEGS.

Endereços

Praia de Botafogo, 190, 5º andar — Sala 502 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil — 22253-900.

Tel.: (021) 536-9146

(021) 536-9183

Fax: 551-4349

E-mail: PEGS@sede.fgv.rj.br